

21



146

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0144736-5/01 – Comarca de Recife

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho - PE

Agravado: Ronaldo Francisco de Assis E OUTRO.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

552h

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. ART. 557, *CAPUT* DO CPC. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA EGRÉGIA CORTE. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. À ADMINISTRAÇÃO CABE O ÔNUS DA PROVA DO PAGAMENTO DA VERBA PERSEGUIDA. JUROS DE MORA. 1% AO MÊS. AÇÃO PROPOSTA ANTERIORMENTE AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA MP 2.180-35/2001. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Não há empecilho a que na apelação em apenso, se fizesse uso do comando inserto no art. 557, *caput* do *Codex Instrumental*, haja vista que o conectivo "ou", implica alternância, donde se conclui pela faculdade, conferida ao relator, de interromper o andamento do recurso, quando este confronta decisão amparada no entendimento majoritário do Tribunal local, mesmo que as Cortes superiores não tenham posicionamento firmado sobre o tema, ou ainda que elas tenham posição contrária, uma vez que os Tribunais estaduais não estão vinculados aos referidos Pretórios.

2 - Desta feita, tenho como cristalina a possibilidade desta Relatoria, na hipótese em tela, ter se valido do comando disposto no art. 557 do CPC para monocraticamente negar seguimento ao recurso interposto, na medida que o posicionamento adotado no tocante a matéria ali debatida encontra pleno respaldo em pacífica jurisprudência desta Corte Estadual, como se pode notar das decisões monocráticas proferidas pelo Des. Luiz Carlos Figueiredo (ApC nº 156192-4, ApC nº 156177-7), Des. Francisco dos Anjos Bandeira de Mello (ApC nº 156181-1, ApC nº 156143-1). Em idêntico sentido, anoto ainda, as decisões exaradas nos Recursos de Agravo tornados sob os nº 156185-9/01 da relatoria do Des. Fernando Cerqueira e ainda Recurso de Agravo nº 0159235-6/01, relatada pelo Des. Luiz Carlos Figueiredo.



22

147

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

- 3 - Os referidos julgados fixam a jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça no sentido de que é devido o pagamento de salários atrasados a servidor público, estando a relação laboral devidamente comprovada.
- 4 - Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 1% ao mês nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores públicos, quando a ação for ajuizada antes da vigência da MP nº 2.180-35, de 24.08.2001.
- 5 - Recurso de Agravo improvido.
- 6 - Decisão sem discrepância de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0144736-5/01, em que figuram como recorrente o Município do Cabo de Santo Agostinho e como recorrido Ronaldo Francisco de Assis e OUTRO;

Acordam os Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer o presente recurso de agravo, para negar-lhe provimento, confirmando a decisão terminativa proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade do voto e do relatório constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 28 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



23
148

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0144736-5/01 – Comarca de Recife

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho - PE

Agravado: Ronaldo Francisco de Assis E OUTRO.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão terminativa da minha relatoria exarada com esteio no art. 557 do CPC pela qual neguei seguimento ao recurso de apelação cível intentado contra a sentença proferida nos autos de ação de cobrança que determinou o adimplemento pelo Município do Cabo de Santo Agostinho do importe referente aos vencimentos que o servidor recorrido deixou de perceber perfazendo o total de R\$ 18.259,91 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), incidindo correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros de mora, no percentual de 1% ao mês a partir da citação válida.

Em suas razões de inconformismo sustenta o recorrente:

- que esta Relatoria não observou adequadamente a regra do art. 557 do CPC, pois a sua aplicação reclama que a matéria objeto do recurso se encontre pacificada no Supremo Tribunal Federal ou em Tribunal Superior;
- que o percentual de juros de mora deveria ser fixado a base de meio por cento ao mês.

Não exercido o perseguido juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos todos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife, 28/09/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



24
149

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0144736-5/01 – Comarca de Recife

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho - PE

Agravado: Ronaldo Francisco de Assis E OUTRO.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do recorrente repousa de início sobre a ausência dos pré-requisitos fundamentais para a interrupção preliminar do processamento recursal com esteio no artigo 557 do CPC.

Debruçando-me sobre os requisitos autorizadores da utilização do artigo 557 do código dos ritos, noto que a lei processual é clara ao consignar que o relator negará seguimento a recurso... em confronto... com jurisprudência dominante do **respectivo tribunal**, do *Supremo Tribunal Federal*, ou de *Tribunal Superior*.

Diante dos termos acima, pode-se auferir que o conectivo "ou", nesse caso, implica alternância, donde se conclui pela faculdade, conferida ao relator, de interromper o andamento do recurso (com base no artigo 557, do C.P.C.), quando este confronta decisão amparada no entendimento majoritário do Tribunal local, mesmo que as Cortes Superiores não tenham posicionamento firmado sobre o tema, ou ainda que elas tenham posição contrária, uma vez que os Tribunais Estaduais não estão vinculados aos referidos Pretórios.

Desta feita, tenho como cristalina a possibilidade desta Relatoria, na hipótese em tela, ter se valido do comando disposto no art. 557 do CPC para monocraticamente negar seguimento ao recurso interposto, na medida que o posicionamento adotado no tocante a matéria ali debatida encontra pleno respaldo em pacífica jurisprudência desta Corte Estadual, como se pode notar das decisões monocráticas proferidas pelo Des. Luiz Carlos Figueiredo (AP 156192-4, AP 156177-7), Des. Francisco dos Anjos Bandeira de Mello (AP 156181-1, AP 156143-1), figurando em todas elas como parte apelante o Município de Gameleira. Em idêntico sentido, anoto ainda, as decisões exaradas nos Recursos de Agravo tombados sob os nº 156185-9/01 da relatoria do Des. Fernando Cerqueira e 159235-6/01 (relatada pelo Des. Luiz Carlos Figueiredo).

Apurou-se da demanda em tela que o recorrido é servidor público, do Município do Cabo de Santo Agostinho e que não recebeu as verbas remuneratórias relativas aos meses reclamados, indiferente ao fato do caráter



25
150

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

alimentar que pairam sobre elas, pelo que não pode ficar a mercê do administrador público a oportunidade de sua satisfação.

O Município do Cabo de Santo Agostinho não exibiu qualquer recibo de quitação da verba reclamada, não podendo a Municipalidade se furtar ao pagamento das mesmas, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública às custas da faina dos servidores públicos municipais.

Assim, comprovada a inadimplência por parte do ente público, reconheceu acertadamente a sentença de 1º grau – cujo entendimento fora corroborada pela decisão ora atacada – que deve a Municipalidade, consoante o disposto no art. 7º, incisos VII, VIII e X, da CR/1998, ser condenada ao pagamento das verbas salariais atrasadas ora perseguidas, acrescido dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês.

Na presente interposição, inconforma-se também o recorrente quanto ao percentual de juros de mora arbitrados pelo julgador e confirmados na decisão monocrática por mim proferida.

Com o advento da Medida Provisória nº 2.180-35, publicada no D.O.U de 27 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9494/1997, ficou estabelecido que **“os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento das verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano”**, tendo o Superior Tribunal de Justiça adotado o entendimento que os novos termos legais introduzidos pela Medida Provisória devam ser aplicados somente às ações ajuizadas após a sua vigência – não sendo este o caso da presente demanda, prorrogada pela recorrida em 15.02.1995.

Tendo sido a presente ação proposta antes da vigência da referida Medida Provisória, os juros moratórios devem ser mantidos no patamar de 1% ao mês. Neste sentido, transcrevo o seguinte julgado do STJ:

“Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 12% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta anteriormente ao início da vigência da MP 2.180-35/2001. Precedentes.” (STJ – Resp 726761/RS, Quinta Turma, Rel: Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ: 07.11.2005).



26
151

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. JUROS DE MORA. NATUREZA ALIMENTAR. INÍCIO DO PROCESSO ANTES DA VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. NÃO-INCIDÊNCIA. PERCENTUAL DE 1% AO MÊS. 1. Esta Corte firmou orientação no sentido de que, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos juros de mora seria cabível no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da referida medida provisória. 2. Tendo sido a demanda ajuizada antes do advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, consoante se depreende dos autos, não se aplica a limitação da referida norma, razão pela qual devem os juros moratórios ser fixados no percentual de 12% ao ano. 3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 846135/SP, T5, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26/11/2007).

ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA. INÍCIO DO PROCESSO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/2001. NÃO-INCIDÊNCIA. 1. Tendo sido a demanda ajuizada antes do advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, consoante se depreende dos autos, não se aplica a limitação da referida norma, razão pela qual devem os juros moratórios ser fixados no percentual de 12% ao ano. 2. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 91.7873/RJ, T5, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 05/11/2007).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PERCENTUAL DE JUROS DE MORA, CAUSA DE NATUREZA ALIMENTAR. PERCENTUAL DE 12% AO ANO. AÇÃO DE CONHECIMENTO AJUIZADA ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MP 2.180-35, DE 25/08/2001. DECISÃO RECONSIDERADA. 1. A Medida Provisória nº 2180/2001, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9494/1997, determinando que os juros de mora sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição. 2. Nas causas de natureza alimentar, quando o título judicial em execução provém de ação proposta antes da edição da Medida Provisória 2.180-35/2001, deve ser observado 12% (doze por cento) ao ano. 3. Da análise dos autos, a ação de conhecimento que ensejou o título executivo, foi ajuizada em 1993, muito tempo antes da publicação da MP 2180/2001, por isso que inaplicável esta à espécie, devendo os juros ser fixados no patamar de 12% ao ano, como já consolidou a



27
152

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

jurisprudência das Turmas que compõem a 3ª Seção do STJ. 4. Agravo regimental conhecido e provido, para, reconsiderando a decisão, conhecer em parte do recurso especial da União e nessa parte negar-lhe o provimento (AgRg no REsp 903295/RS, T5, Rel. Min. Jane Silva, DJ 08/10/2007).

Acerca do tema, com pertinência, trago à baila entendimento já sumulado desta Corte de Justiça, vejamos:

Súmula 069

Órgão Julgador SEÇÃO CÍVEL **Data do Julgamento** 05/12/2008

Enunciado

Na condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano.

Referência Legislativa

LEG: FED LEI: 9494/1997

ART: 1-F

FED MEDIDA PROVISÓRIA: 2180-35/2001

Precedentes

RA 159247-6/01 DECISÃO: 08/01/2008

DJ 14 de 23/01/2008

ED 143373-4/01 DECISÃO: 25/10/2007

DJ 211 DATA: 21/11/2007

RA 156145-5/01 DECISÃO: 08/01/2008

DJ 13 DATA: 22/01/2008

Assim, embasado em tais considerações, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, para manter incólume a decisão terminativa anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator